

Ativação dos planos de emergência foi muito demorada, diz especialista

06 DE JULHO DE 2017 ÀS 09:54

Lusa

PUB

Coordenador do Observatório do Risco da Universidade de Coimbra diz que autoridades não pensaram "no pior cenário" possível

O coordenador do Observatório do Risco da Universidade de Coimbra afirmou hoje que o pior cenário "nunca foi equacionado" no combate às chamas em Pedrógão Grande e criticou a demora na ativação dos planos municipal e distrital de emergência.

"Há um protocolo de atuação da proteção civil, que está bem definido e que é bom. Numa situação daquelas, o protocolo obrigaria ao posicionamento de meios e preparação para uma situação de pior cenário. Isso nunca foi equacionado", notou à agência Lusa o investigador José Manuel Mendes, coordenador do Observatório do Risco do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Com um terreno com declives acentuados, onde reina a monocultura de espécies como o eucalipto ou o pinheiro bravo e com uma projeção meteorológica que apontava para risco máximo de incêndio, "a proteção civil devia ter posicionado os meios e estar mais preparada para um acontecimento extremo", disse à agência Lusa o investigador.

Quando se perde o controlo do combate ao incêndio, dever-se-ia ter mobilizado e antecipado "grupos de reforço", notou, considerando que, quando as chamas atingem uma determinada dimensão, não foi logo "feita a divisão de setores de combate".

"O protocolo não foi aplicado e as diretivas não foram seguidas", constatou.

Em declarações à Lusa, José Manuel Mendes sublinha ainda que "a hierarquia de comando foi tomada muito tarde" e o "plano distrital e o plano municipal são ativados tardíssimo".

O especialista realça que o secretário de Estado da Administração Interna, que chegou ao terreno na noite do incêndio, "deveria ter ativado o plano nacional de emergência" e convocado de imediato "a Comissão Nacional de Proteção Civil", que apenas se reuniu "na segunda-feira".

O investigador aponta também para a forma como são escolhidos os comandantes da proteção civil, considerando que não deveriam "ser nomeados politicamente".

"Devia ser por concurso público", atendendo ao conhecimento, experiência e capacidade de liderança, defendeu, recordando que numa situação extrema é muito importante a "resiliência institucional" - a necessidade de haver "um comandante respeitado e com capacidade de liderança" a liderar as operações no terreno.

José Manuel Mendes frisou ainda que, com o incêndio de Pedrógão Grande, que causou a morte de 64 pessoas, a confiança na proteção civil "é zero" e poderá levar a comportamentos mais defensivos por parte das populações em cenários de catástrofe.

Para mais detalhes consulte:

<http://www.dn.pt/sociedade/interior/pedrogao-grande-ativacao-dos-planos-de-emergencia-foi-muito-demorada---especialista-8616546.html>

Global Notícias - Media Group S.A.

Copyright © - Todos os direitos reservados